CORREIO BRAZILIENSE

Publicado em 15/03/2022 - 05:56

Preço da gasolina coloca a Petrobras no olho do furação

COMBUSTÍVEIS

Petrobras entra na LINHA DE FOGO

Empresa é alvo de forte pressão por escalada de preços. Mourão sai em defesa da companhia e de seu presidente, Joaquim Silva e Luna

» TAÍSA MEDEIROS
» MICHELLE PORTELA

Romério Cunha/ VPR

Mourão enfatizou que o presidente da Petrobras é "resiliente" e que, como "bom nordestino, aguenta pressão"

A disparada dos preços dos combustíveis — acentuada com os reajustes de 18,7% na gasolina; 24,9%, no diesel; e 16%, no gás de cozinha, anunciados na semana passada — colocou a Petrobras na mira de múltiplos ataques. Do presidente Jair Bolsonaro ao Congresso, passando por entidades de classes e pré-candidatos ao Planalto, a pressão é grande sobre a empresa.

Em meio à saraivada de críticas, o vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) saiu em defesa do presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna — cuja demissão é avaliada por Bolsonaro —, e da empresa.

Mourão enfatizou a determinação do dirigente da estatal. "Silva e Luna é resiliente, sempre foi. Como bom nordestino, aguenta pressão", frisou, na chegada ao Palácio do Planalto. Ele se referiu ao fato de o general ser pernambucano de Barreiros.

Para o vice-presidente, seria um erro a eventual interferência na política de valores dos combustíveis adotada pela Petrobras. "Intervenção no preço é algo que a gente sabe como começa, e o término sempre vai ser uma bagunça", frisou.

O vice-presidente ainda mencionou as investidas do Executivo para tentar conter a escalada de preços dos combustíveis. Bolsonaro levantou a possibilidade de criar um subsídio para os produtos, caso a cotação do petróleo siga em forte elevação no mercado internacional devido à guerra no Leste Europeu. Na sexta-feira, o chefe do Executivo sancionou o projeto que muda a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) — recolhido pelos estados — incidente nos combustíveis e zera a alíquota de PIS/Cofins — tributos federais — sobre esses produtos até o fim do ano.

"O governo está buscando soluções junto com o Congresso, mudança do cálculo do ICMS, questão de fundo para estabilização, a redução do PIS/Cofins a zero. Então, são soluções que estão sendo buscadas em um momento difícil do mundo que, uma vez solucionada a situação do conflito vivido entre a Rússia e a Ucrânia, a tendência é de que o preço volte aos níveis anteriores", ressaltou Mourão.

No sábado, um dia depois de sancionar o projeto que altera o ICMS, Bolsonaro voltou à carga contra a Petrobras. Ele acusou a empresa de não ter sensibilidade com a população e se disse insatisfeito com os recentes reajustes. "É Petrobras Futebol Clube, e o resto que se exploda", alfinetou.

> **Intervenção no preço é algo que a gente sabe como começa, e o término sempre vai ser uma bagunça"**
>
> ***Hamilton Mourão**, vice-presidente da República*

Para minimizar impacto

O PL 1.472/2021, aprovado no Senado, na semana passada, cria uma conta de estabilização dos preços dos combustíveis no país, autorizando o governo federal a aportar recursos para minimizar o impacto de altas sucessivas na bomba. Os recursos para abastecer a conta incluem os dividendos da Petrobras pagos à União, especificamente a parcela arrecadada acima do previsto no Orçamento, e as receitas do pré-sal, além de outras fontes relacionadas ao petróleo. O projeto também cria um auxílio-gasolina a motoristas de baixa renda. A proposta aguarda, agora, a avaliação da Câmara.

Ação civil pública

Categorias que são diretamente impactadas pelo aumento dos preços também se movimentaram. O presidente da Associação Brasileira dos Condutores Automotores (Abrava), Wallace Landim, conhecido como Chorão, ingressou com uma ação civil pública no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) pedindo a suspensão do Preço de Paridade de Importação (PPI). Adotado pela Petrobras, o PPI vincula o preço do petróleo ao mercado internacional e usa como referência o valor do barril tipo brent, que é calculado em dólar.

"Como todos sabemos, a Petrobras, desde 2016, mudou a sua política de preços adotando o PPI. Essa vinculação tem levado aos aumentos frequentes e desproporcionais do preço dos combustíveis, como o último, de 10/03/2022, em que só o diesel teve majoração de 24,9%", diz um trecho da nota da Abrava.

De acordo com Chorão — um dos líderes das paralisações de caminhoneiros em 2018 —, a categoria ainda não fechou questão sobre uma eventual greve. "Estamos discutindo com outros setores. A sociedade precisa se conscientizar de que o problema está na ponta", frisa. Ele também menciona o lucro recorde de R$ 106,6 bilhões, obtido pela empresa em 2021. "Não somos contra a Petrobras ter lucro, o que não aceitamos é que ela tenha um lucro de 1.400%, em detrimento do sofrimento dos brasileiros e, principalmente, daqueles que trabalham com o transporte."

Empresa cita tributos pagos

Em meio aos ataques, a Petrobras divulgou comunicado, ontem, no qual informou que recolheu R$ 202,9 bilhões em tributos próprios, retidos e participações governamentais no Brasil, em 2021. O valor representa um aumento de cerca de 58% em relação a 2020, destacou a nota. Nos últimos seis anos, o recolhimento aos cofres públicos soma R$ 1 trilhão.

O recolhimento em 2021, segundo a companhia, é fruto da geração de caixa e dos seus resultados operacionais e financeiros. "A Petrobras está financeiramente saudável, eficiente na operação e alocação de recursos, que retornam para a sociedade, sob a forma de tributos, participações governamentais e dividendos distribuídos", afirmou Rodrigo Araujo Alves, diretor-executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores.

Os recolhimentos totais realizados pela Petrobras compreendem participações especiais, que são compensações financeiras à exploração dos recursos naturais; tributos próprios, oriundos das operações da empresa; e tributos retidos de terceiros pela companhia, na condição de substituta tributária. A estatal retém tributos nas suas operações comerciais com clientes e fornecedores.

No fim de semana, a Petrobras também se defendeu. Nas redes sociais, afirmou que "o último reajuste foi necessário para manter o fornecimento" e que praticar preços de mercado assegura o abastecimento.

Os contratos futuros de petróleo fecharam em queda ontem, em meio a esforços diplomáticos para encerrar a guerra entre Rússia e Ucrânia e após a Agência Internacional de Energia (AIE) solicitar que países produtores liberem mais barris, a fim de conter os preços. O petróleo WTI para abril fechou em baixa de 5,78% (-US$ 6,32), a US$ 103,01 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para maio caiu 5,12% (-US$ 5,77), a US$ 106,90 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

Pedro Gontijo/Senado Federal

Pacheco destacou a "função social" da Petrobras

Congresso Nacional faz coro às críticas

A Petrobras também é alvo de críticas no Congresso. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ressaltou que a empresa tem "função social" e conclamou que a companhia integre os esforços para frear a elevação dos preços dos combustíveis.

"A Petrobras tem, hoje, uma lucratividade na ordem de três vezes mais do que suas concorrentes, dividendos bilionários. Óbvio que é muito bom que isso aconteça, mas não pode acontecer em prejuízo da população brasileira que abastece seus veículos ou que precisa de transporte coletivo", destacou, em entrevista após participar de evento com o setor empresarial, em Belo Horizonte.

Perguntado se a solução para a política de preços dos combustíveis no país passa pela troca de comando da empresa — dirigida pelo general Joaquim Silva e Luna —, Pacheco disse que essa era uma questão do Poder Executivo.

"Tenho absoluta convicção da retidão do general que preside a Petrobras, e o que nós esperamos dessa diretoria é que ela tenha a sensibilidade social de uma empresa que tem participação pública e que precisa ter o cumprimento da sua função social", frisou. "O lucro é muito importante para a empresa, a remuneração dos seus diretores também o é, mas é muito importante que ela possa, eventualmente, reverter esse lucro muito acima da média para a própria população, por meio de mecanismos próprios para isso."

De acordo com Pacheco, o Senado seguirá reunindo esforços para votar matérias de interesse da população. Na semana passada, aprovou o PLP que altera a cobrança do ICMS — já sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro. Também avalizou o PL 1.472/2021, que cria a conta de estabilização (**leia na reportagem acima**).

Proposta

Relator dos dois projetos, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) classificou a sanção como "um passo importante". "Dá início a um processo mais longo de diálogo entre os estados, mas, para dar conta da crise atual dos combustíveis, precisamos aprovar o PL 1.472/2021", explicou. Após aprovado pelo Senado, o texto seguiu para a Câmara.

O deputado Luis Miranda (Republicanos-DF) disse que, se não houver interesse em desenquadrar a Petrobras da dolarização, estratégias precisarão ser criadas. "Tendo em vista que a Petrobras, inclusive, exporta seus produtos, você tem de ter uma reserva de mercado interno para prestigiar os brasileiros", defendeu ele que, recentemente, protocolou um projeto com essa proposta.

Na semana passada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reprovou os reajustes dos combustíveis. "Causou-me espanto a insensibilidade da Petrobras com os brasileiros — os verdadeiros donos da companhia. O aumento de hoje (quinta-feira) foi um tapa na cara de um país que luta para voltar a crescer", escreveu nas redes sociais. "Quem conhece o Brasil, além dos gabinetes e escritórios, sabe o peso de comprar um botijão de gás ou encher o tanque." (**TM e MP**)

COMBUSTÍVEIS

Subsídio só por calamidade

Economia admite a subvenção a produtos, defendida por Bolsonaro, apenas se a guerra se prolongar com impacto devastador

» ROSANA HESSEL

Após o presidente Jair Bolsonaro (PL) admitir lançar mão de subsídios para conter a alta do preço dos combustíveis, o ministro da Economia, Paulo Guedes, evitou, ontem, dar declarações contrárias à do chefe, mas, na pasta, a palavra de ordem é não aprová-los. Segundo interlocutores, Guedes considera, no entanto, a hipótese da criação de uma subvenção "para um suposto estado de calamidade".

Conforme informou uma fonte do governo, o ministro pode considerar essa possibilidade cogitada pelo presidente se a guerra na Ucrânia continuar por mais semanas e "o impacto for devastador no mundo, e não apenas no Brasil", fazendo o petróleo atingir novos patamares recordes, como ocorreu recentemente, quando o barril chegou a US$ 139, o maior valor em 14 anos.

A equipe econômica está preocupada com os impactos negativos de novos subsídios para conter a alta dos combustíveis, como risco de romper o teto de gastos, o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além dos efeitos indiretos no câmbio, valorizando o dólar, e na inflação.

Modulação

A torcida no ministério é para que o preço do petróleo continue baixando. "Estamos trabalhando para o que o fator externo, a guerra, não impacte no mercados. Estamos modulando ações", disse uma fonte do governo.

Na sexta-feira, Bolsonaro sancionou a lei que muda a regra do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis e zera a alíquota de PIS/Cofins incidente no óleo diesel, com impacto de R$ 0,33 no litro, do lado da União, e R$ 0,27 no litro, do lado dos estados, pelas estimativas de Guedes. O imposto para o querosene de aviação também foi zerado. O efeito potencial do projeto deve ser em torno de R$ 20 bilhões. A tributação federal sobre os combustíveis custa em torno de R$ 60 bilhões por ano.

Edu Andrade/Ascom/ME

Guedes em evento com Bolsonaro: ministro está preocupado com os impactos negativos de um eventual novo subsídio

» Pedido de investigação sobre suposta interferência de Bolsonaro na Petrobras

O subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU), pediu ao órgão que investigue uma possível interferência do presidente Jair Bolsonaro na Petrobras. A representação foi impetrada no TCU e distribuída ao ministro Augusto Nardes. Segundo o procurador, a União, na qualidade de acionista controladora da Petrobras, por intermédio do chefe do Executivo e da equipe do Ministério da Economia, "pretende interferir em decisão corporativa da empresa estatal" referente à política de preços. Na peça, Furtado cita reportagens jornalísticas sobre a queda no valor da ação da Petrobras após falas de Bolsonaro. "Não há nenhuma justificativa técnica para que o acionista controlador venha a alterar unilateralmente a atual política de preços da estatal de petróleo, sob o exclusivo argumento de conter a elevação do preço dos combustíveis", frisou.

Isenção para gasolina pode custar R$ 27 bi

O presidente Jair Bolsonaro esquentou a "guerra" política travada no governo para a adoção de novas medidas capazes de segurar o impacto nas bombas da alta do preço do petróleo. Ao acenar com a redução, também, de tributos sobre a gasolina, ao custo de quase R$ 27 bilhões aos cofres públicos, o chefe do Executivo deixou claro que vai passar por cima da orientação da equipe econômica de não bancar uma desoneração indiscriminada. Ele ainda culpou o Senado por não ter aprovado, na semana passada, a medida junto com o corte de tributos do diesel.

Segundo o presidente, um projeto de lei complementar poderá ser encaminhado para impedir que todo o reajuste concedido pela Petrobras chegue às bombas. Ele também já avisou aos auxiliares que pretende aumentar o vale-gás. Hoje, o governo banca 50% do preço médio do botijão (13kg) para cada família de baixa renda que recebe o Auxílio Brasil. Bolsonaro quer que o programa pague o preço de todo o gás.

O impacto da desoneração da gasolina poderá alcançar R$ 23,84 bilhões de PIS e Cofins e mais R$ 3,01 bilhões da Cide, contribuição que incide sobre os combustíveis. Já o vale-gás tem custo de R$ 1,9 bilhão. Os cálculos são do Ministério da Economia, que vê a redução maior de impostos, abarcando também a gasolina, com grande risco e pouca eficiência.

Uma preocupação adicional é a retirada da desoneração com a eventual melhora do cenário internacional que estabilize a volatilidade de preços do petróleo. Na área de incentivo tributário, a máxima em Brasília é de que é mais fácil conceder e muito difícil acabar com ele.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Pagina:** 2 e 3

Copyright © Clipclap 2025.